



I – Resoluções

Registro de Votação

Tema: Encaminhamento da mesa - Devido ao adiantado da hora votar: 1. construção da greve sanitária; 2. Fora Bolsonaro, Mourão, Guedes... com realização de Reunião Ampliada dia 19/9. Remeter as propostas não votadas nesta reunião para a próxima ampliada, observando que as propostas contrárias, ao que for aprovado aqui, ficam prejudicadas. **APROVADA**

- ✓ Proposta 1 – Favor (62 votos)
- ✓ Proposta 2 – Contra (28 votos)
- ✓ Proposta 3 – Abstenção (4 votos)

Tema: Fazer leitura das propostas REJEITADA

- ✓ Proposta 1 – Fazer leitura (36 votos)
- ✓ Proposta 2 – Não fazer leitura (49 votos)
- ✓ Proposta 3 – Abstenções (0 votos)

Tema: Greve Sanitária

- ✓ Proposta 1 - Construção da greve sanitária já (54 votos) **APROVADA**
- ✓ Proposta 2 - Construção da greve sanitária, caso as medidas protetivas não sejam cumpridas. Ou seja: greve já PORQUE já não estão sendo cumpridas. (35 votos)
- ✓ Abstenções: 2 votos

Tema: A Fenajufe assume o Fora Bolsonaro e indica para os Sindicatos o Fora Bolsonaro **APROVADA**

- ✓ Proposta 1 – Favor (72 votos)
- ✓ Proposta 2 – Contra (8 votos)
- ✓ Proposta 3 – Abstenção (3 votos)

Em defesa da vida, da democracia e dos direitos. O Brasil não suporta mais: Fora, governo Bolsonaro!

Bolsonaro e seu governo são uma grave ameaça à vida de milhões de brasileiros e brasileiras. O país ocupa o 2º lugar no mundo em casos confirmados e mortes pelo novo Coronavírus. Mais de 100 mil pessoas já perderam a vida e quase 3,5 milhão foram infectadas em decorrência da absoluta falta de gestão, do descaso e do negacionismo do governo.

Mais que fria estatística, são pessoas. Prantos e saudades de vidas que se perderam em vão.



Tamanha tragédia poderia ter sido evitada, não fossem os cortes no orçamento da saúde, a sucessão irresponsável de ministros, a confusão e a instabilidade geradas. Passados cinco meses de pandemia, somente 29% dos recursos do Ministério da Saúde destinados ao combate à doença foram usados, demonstrando total descoordenação e falta de empenho.

2

Contudo, o sofrimento de brasileiros e brasileiras não para por aí. A crise sanitária é acompanhada por uma calamidade social em que mais de 11 milhões de trabalhadoras e trabalhadores do setor privado tiveram seus salários suspensos ou reduzidos. A fila de desempregados e desalentados é maior que a de empregados com carteira assinada, e a única resposta de Paulo Guedes são medidas para retirar direitos e precarizar ainda mais o trabalho. Logo, a carga pela extinção da Justiça do Trabalho deve voltar à ordem do dia.

Se, de um lado, encontramos um governo que não tem disposição alguma de conter a crise, de outro, uma pequena parcela é contemplada com a abundante soma de R\$ 972 bilhões do orçamento público para compra de títulos e ações de empresas privadas. Só para comparar: o Ministério da Saúde liberou R\$ 39,3 bilhões para o enfrentamento da covid-19 e o Ministério da Economia projeta R\$ 151,4 bilhões para o escasso auxílio emergencial. Ou seja, cinco vezes menos que o destinado a empresas e sistema financeiro. Esses números tão díspares não deixam dúvidas sobre as prioridades da política do governo.

A serviço do mercado, Paulo Guedes elegeu os servidores e as servidoras como “inimigos”. Justamente aqueles e aquelas que têm salvado milhares de vidas nesta pandemia, que trabalham na educação, na segurança pública, no acesso da população à Justiça. Depois de “colocar a granada no bolso” com o congelamento por meio da LC 173/20, Guedes dedica-se agora a buscar meios de reduzir salários e a aprovar uma ampla reforma administrativa, com apoio do Centrão no Congresso Nacional, não bastasse o confisco com o aumento das alíquotas previdenciárias da EC 103/19. O objetivo é dismantelar, destruir os serviços públicos, e penalizar ainda mais os mais necessitados de que deles necessitam.

Mas não se trata de atacar apenas os servidores e as servidoras e acelerar a ofensiva disparada com o golpe de 2016. Já debilitados pelo congelamento do orçamento por 20 anos (EC 95/2016), os serviços públicos sofrem ainda mais afrontas do governo Bolsonaro, que precariza o atendimento prestado à população por meio das universidades, do SUS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras, além de anunciar “grandes privatizações” em 90 dias, uma verdadeira liquidação do patrimônio da nação.



Esta guerra contra os direitos e os serviços públicos é acompanhada pela ofensiva contra a democracia. Bolsonaro segue sua escalada autoritária, reforçada por 3 mil militares em cargos de chefia e assessoramento. Bandos golpistas acampavam em Brasília na tentativa de ressuscitar fantasmas dos subterrâneos da ditadura. Manifestos de militares afrontam a ordem institucional, sobem o tom e ainda obtêm generosa gratificação. Nem mesmo a milícia que ronda a família do presidente envergonha seus apoiadores.

3

O Brasil hoje é motivo de chacota internacional. E vemos o racismo e a homofobia de seu maior representante traduzidos em políticas de governo. O mesmo ocorrendo nas políticas indigenistas e ambientais, a ponto de serem suspensos acordos internacionais que financiavam essas pautas.

O povo brasileiro não merece isso, muito menos um governo que abriga fascistas, racistas, homofóbicos e genocidas de toda ordem, que despreza as mulheres, ataca a ciência, devasta o meio ambiente e persegue a cultura, a educação, os povos indígenas e os artistas.

É impossível ficarmos calados diante de tudo isso. Sabemos da nossa responsabilidade e da gravidade do que está por vir. Por isso, os servidores e servidoras, reunidos na reunião Ampliada da Fenajufe 22/08/2020, decidem se somar às diversas entidades do movimento sindical e social, organizações da sociedade civil, intelectuais, juristas, artistas e partidos que se colocam na luta por medidas que ponham fim ao governo Bolsonaro o quanto antes, que deem ao povo brasileiro a chance de construir um Brasil inclusivo, com direitos civis, sociais e humanos garantidos.

Em defesa da vida, da democracia e dos direitos:

Fora, Bolsonaro! Fora todo o seu governo!

- 1.** Pautar pedido da Fenajufe para que as metas do CNJ sejam alteradas ante a nova situação e uma rediscussão do papel do teletrabalho em nível nacional, inclusive de produtividade, infraestrutura, percentuais;
- 2.** Que a Fenajufe ~~que~~ provoque o MPF ou algum órgão que possa ajuizar uma ação civil pública para suspender as eleições;
- 3.** Manter o calendário eleitoral de 2020 representará um sério perigo para os servidores da Justiça Eleitoral, os terceirizados, mesários e população em geral, principalmente nos



Estados do Sul do país, nos quais a contaminação está elevada, com leitos hospitalares no limite da ocupação e com projeção de períodos de frio intenso, de modo que reiteramos a necessidade de revisão das eleições municipais;

4. De acordo com a Resolução CSJT nº 230/2018, cabe ao servidor informar no sistema de autoatendimento que está requerendo licença por acidente de trabalho, o que, no caso da Covid 19, declarado pelo STF como inserto no rol de doenças profissionais equiparadas a acidente de trabalho, dificulta o reconhecimento. Que o Coletivo Jurídico estude a matéria e produza orientação para os sindicatos.
5. Orientar os Sindicatos filiados reunirem com as administrações e externar sua preocupação com a saúde e as vidas dos servidores e se posicionarem pela manutenção do teletrabalho;
6. Parar de atender o público nos balcões, e a Fenajufe reunir-se com presidente da OAB Nacional para fazer campanha de esclarecimento, tendo como foco os advogados e a população para que ao invés de se dirigirem até os fóruns, utilizem o site das justiças, afinal os processos são eletrônicos.
7. Fenajufe apresentar um trabalho de campanha nacional em defesa do serviço público e dos servidores de forma ampla, utilizando de todos os meios de comunicação;
8. Fenajufe construir de forma unificada as medidas necessárias para enfrentar as dificuldades, encontradas nessa pandemia, em Defesa à vida e saúde dos servidores e manter o trabalho remoto como o meio mais eficaz de combate à Covid 19;
9. Fenajufe elaborar a política de trabalhos no Congresso Nacional contra as PECs 186, 187 e 188, de forma unificada para todos os Sindicatos;

Campanha de Mídia Nacional

Os servidores públicos vêm sofrendo sistêmicos ataques e perdas de direitos ao longo dos últimos anos, independente da orientação política do partido que venha ocupar o poder.

Atualmente vimos que o debate acerca da Reforma Administrativa voltou com força ao cenário político, capitaneado pelo Presidente da Câmara Rodrigo Maia e apoiado pela opinião pública, que insiste em taxar os servidores públicos de privilegiados condicionou a aprovação da chamada Renda Brasil ao corte de salários e despesas com o serviço público.



O governo tem o objetivo de colocar a opinião pública contra os servidores e servidoras, devemos contrapor essa visão e apresentar soluções de forma a defender o serviço público e taxar as grandes fortunas, assim a Fenajufe deverá:

- a) buscar junto a outras federações, confederações e sindicatos, criar uma campanha de mídia nacional de forma a defender o serviço público e de taxaço das grandes fortunas;
- b) contratar uma empresa de marketing e mídia que irá prestar consultoria para a campanha, indicando as melhores formas de alocação de recursos com vistas a garantir o alcance nacional da campanha.

5

Teletrabalho

Tendo em vista a situação de Pandemia, todos os servidores do Judiciário, à exceção das atividades eminentemente presenciais, foram colocados forçosamente no regime de teletrabalho, com regras diversas daquelas previstas para a situação ordinária. Esta situação excepcional lançou uma luz no sistema de trabalho à distância. A limitação que sempre fora imposta pelas sucessivas regulamentações caiu por terra. E as estatísticas indicam que o resultado foi muito bom para a produtividade do Judiciário Trabalhista.

É importante ressaltar que o CNJ, no final de 2019, já liberou os Tribunais dos limites de 30% ou 50% (com autorização da Presidência) de servidores em teletrabalho para cada unidade. Também acenou com a possibilidade de teletrabalho no exterior sem a condição de acompanhamento de cônjuge (Resolução nº 298, que alterou a Resolução nº 227, de 15.6.2016).

Houve grande economia de recursos, o que pode servir de base para, no futuro, respeitadas as regras de orçamento, postularmos verba indenizatória para cobrir as despesas dos servidores com mobiliário adequado, computadores, softwares, acesso à internet e energia elétrica.

Não podemos, contudo, perder de vista a proteção do servidor contra o assédio moral, consubstanciado na exigência de acréscimo exagerado de produtividade ou imposição de metas excessivas.

Os delegados da Reunião Ampliada entendem que o momento é ideal para travarmos debates produtivos sobre o futuro do teletrabalho no Judiciário, buscando soluções que atendam aos interesses dos servidores.



- a) Que a Fenajufe atue firmemente junto ao Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público para que este determine que os Tribunais e Procuradorias promovam ou adaptem suas regulamentações às regras gerais emanadas daqueles Conselhos;
- b) Que os Tribunais e Procuradorias, ao formularem ou adaptarem seus regramentos, não restrinjam os direitos e prerrogativas já previstas pelos Conselhos Superiores (CNJ, CSJT etc...);
- c) Que a Federação inicie estudos para a proposição de verba de caráter indenizatório aos teletrabalhadores.

Reforma Administrativa

- a. Formação de um fundo com recursos financeiros para a produção permanente de propaganda intensiva da importância dos serviços e servidores(as) públicos(as) em todas as mídias;
- b. União de forças/atuação entre Fenajufe e entidades como Fonasefe e sindicatos e associações de servidores e servidoras dos estados e municípios;
- c. Instituição de lobby permanente no Congresso Nacional para defender os interesses dos serviços e servidores(as) públicos(as), sob a ótica do interesse público e dos cidadãos.

Carreiras

- a) Pressionar o STF e MPU e promover lobby permanente no Congresso Nacional para a regulamentação futura da data-base no serviço público federal;
- b) Pressionar o STF e MPU e promover lobby permanente no Congresso Nacional para a configuração de carreira de estado para os cargos do PJU/MPU.

Representação nos Conselhos

- a) Reivindicar perante os CJF, CNJ e CMP a inclusão de representante dos servidores públicos com direito a voto.

Atuação no Congresso Nacional

1. AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA FENAJUFE NO CONGRESSO NACIONAL, NA FRENTE PARLAMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS, fortalecendo a área de assessoria parlamentar e a divulgação dos trabalhos feitos no Congresso Nacional nas frentes de servidores;



2. CRIAÇÃO DA BRIGADA DIGITAL DOS SERVIDORES, utilizando as melhores técnicas de comunicação digital disponíveis no marketing digital, coordenada por uma comissão de servidores indicados pelas bases sindicais para serem os multiplicadores.

- Construção de uma Brigada Digital dos Servidores, com a maior urgência possível, para a formação da consciência de classe;
- Trabalhar um plano conjunto de comunicação e informação para os servidores. E o caminho é pelas redes sociais. Utilizar das melhores técnicas de comunicação digital disponíveis em redes sociais para alcançar os servidores e todas as pessoas próximas a eles;
 1. Dentro desse plano de comunicação, fazer:
 - Formação de uma Brigada Digital dos Servidores coordenada pela Fenajufe e
 - Trabalhar a consciência de classe e o espírito de corpo urgentemente.
 2. Apresentar a defesa dos servidores de maneira a defender a categoria de servidores e esclarecer as mentiras contadas na mídia (que trata a categoria de servidores como se fosse a categoria de magistrados e de políticos)
 3. Mostrar dados com linguagem objetiva, simples e didática para desconstruir o discurso contra servidores e contra o serviço público. Evidenciar que o país precisa de serviços públicos e até de muito mais do que existe. Comparar números com outros países para desmentir que os servidores públicos no Brasil supostamente ganham muito ou que o serviço público é inchado;
 4. Usar comunicação curta, atrativa, visual e produzir material em grande número, trabalhando cada ponto. Produção de vídeos curtos de 2 minutos com o intuito de divulgar nas redes de Whats app, Face, Instagram, Telegram, Tik Toc etc;
 5. Utilizar trechos de palestras ou de entrevistas que defendam nossa causa para divulgar nessas redes – ou seja, trabalho simples de edição. Há falas maravilhosas de muitos especialistas, artistas, pessoas públicas que podem ser recortadas em 2 minutos e que explicam muito bem a importância do serviço público;



6. Criar a **Brigada Digital do Servidor** com ação coordenada. Nesse aspecto, **eu** sugerimos que ela se alie inclusive a outras categorias – junto com as demais categorias, podemos formar mais de 10 milhões de pessoas em todo o país. É bastante representativo. Pessoas que atuem como **MULTIPLICADORES** nas redes dessa conscientização que tem de ser direcionada para o servidor e para a população em geral.

8

3. PROMOVER DEBATES COM O ECONOMISTA EDUARDO MOREIRA, QUE HOJE É O MAIOR CANAL DE DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO NO YOUTUBE – Tentar fazer o debate acontecer na plataforma do próprio economista, devido à quantidade de seguidores e a diversidade de público.

4. AMPLIAR A ATUAÇÃO DA FENAJUFE JUNTO ÀS DEMAIS ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DE TODOS ENTES E PODERES – A união com as demais classes fortalece a nossa luta.

5. FAZER PRESSÃO NOS MUNICÍPIOS JUNTO COM AS DEMAIS CATEGORIAS DE SERVIDORES – As eleições municipais pautam o comportamento do Congresso Nacional, pois mexe com as bases dos parlamentares. A pressão dos servidores precisa ser sentida nos municípios. Por isso, é importante a consciência de classe e a união do grupo. Os servidores precisam pensar em bloco. Saber que são representativos no Brasil. E precisam se conscientizar do poder que tem ao dar uma resposta também nas urnas municipais aos políticos e partidos que perseguem servidores.

REVOGAÇÃO DA EC 95

Tramita no Senado proposta de autoria da servidora do TJDFT Vanessa Negrini, para revogar a Emenda Constitucional 95 (EC 95), a emenda do teto dos gastos públicos. A servidora integra o Coletivo Democracia e Luta – Brasília de servidores do Judiciário e do MPU.

A Emenda 95 limita recursos para a saúde, para a educação, para pesquisa, ciência e tecnologia, o que está diretamente ligado à capacidade de o Brasil enfrentar a crise do novo Coronavírus. Com essa crise, podemos confirmar que os serviços públicos brasileiros são nosso patrimônio e precisam ser valorizados.

A Emenda 95 também impede reajustes salariais, reajuste dos auxílios alimentação, transporte, pré-escolar, criação de novos cargos, nomeação de servidores concursados a partir



da vacância por motivo de aposentadoria, entre outras limitações que sucateiam os órgãos do Judiciário e do MPU, além de todo o serviço público.

A proposta de iniciativa popular de Vanessa Negrini conseguiu mais de 77 mil apoios para revogar a EC 95. A ideia foi aprovada por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e tramita no Senado Federal como PEC 54/2019.

A Fenajufe deve atuar pela tramitação [e aprovação] da proposta (PEC 54/2019).

Oficiais de Justiça

- ✓ Lutar por manter a prioridade de cumprimento de mandados pelo modo eletrônico/virtual durante a pandemia, reafirmando o combate ao desvio de função;
- ✓ Exigir que os tribunais façam convênio com meios de acesso aos números de telefone de destinatários e/ou fornecimento desses dados no mandado;
- ✓ Que os oficiais tenham o direito de evitar/recusar o cumprimento de mandados em situações e locais em que não se sintam seguros quanto à exposição ao contágio;
- ✓ Preservar os oficiais do grupo de risco da realização de diligências externas;
- ✓ Fornecimento de EPIs adequados para diligências urgentíssimas;
- ✓ Dispensa de acompanhamento presencial das audiências;
- ✓ Pagamento do acumulado da indenização de transporte relativamente ao período do represamento de mandados.

TUDO APOIO À GREVE NACIONAL E UNIFICADA DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS!

Nesta segunda-feira (17), assembleias em todo o país decidiram dar início da greve nacional da categoria. A mobilização unificada envolve os 36 sindicatos e federações do setor. A paralisação nacional é a resposta ao impasse nas negociações da Campanha Salarial e dos planos de privatização do governo Bolsonaro, que ameaçam não só os direitos, salários e empregos, mas também a própria existência da estatal. Não há proposta de reajuste salarial e nem da reposição da inflação. Das 79 cláusulas existentes no Acordo Coletivo, o presidente da estatal general Floriano Peixoto quer acabar com 70. É uma verdadeira destruição dos direitos da categoria. Até mesmo o vale alimentação foi retirado, assim como auxílio-creche, licença maternidade de 180 dias, ticket nas férias, o adicional de distribuição e coleta externa de 30%, entre vários outros. Benefícios essenciais para a categoria que recebe um dos salários mais



baixos das estatais, que não chega a dois salários mínimos. Foram mais de dois meses de tentativas de negociação, mas que esbarraram na política intransigente do general e do governo Bolsonaro, determinado a acabar com os direitos dos trabalhadores e privatizar os Correios.

Desmentindo o falso argumento da direção da empresa e do governo de que o brutal corte de direitos é necessário para a “saúde financeira” dos Correios, os sindicatos revelam que no último ano foi registrado um lucro de mais de R\$ 160 milhões, enquanto a categoria amarga redução do quadro de funcionários, sobrecarga de serviços e precarização das condições de trabalho. Há oito anos a categoria era composta por 128 mil funcionários, e hoje conta somente com 99 mil.

10

Os trabalhadores dos Correios atuam em um serviço essencial em meio à atual pandemia e durante os últimos meses seguiram cumprindo com seu trabalho, apesar de sofrer com o descaso da direção da empresa e o governo Bolsonaro para cumprir esse papel. É uma das categorias mais afetadas pela pandemia. Levantamento dos 36 sindicatos aponta para, pelo menos, 120 mortes de trabalhadores dos Correios pela Covid-19. Sob a direção do general Floriano Peixoto, um negacionista assim como Bolsonaro, sequer máscaras e álcool em gel são colocadas à disposição dos funcionários nas agências pelo país.

Os sindicatos da categoria destacam que a defesa da manutenção do Acordo Coletivo se insere numa luta ainda maior que é contra a privatização e a destruição da estatal, que é o objetivo do governo Bolsonaro que já declarou que os Correios são uma das primeiras das 17 estatais que serão entregues ao setor privado em curto prazo. A propaganda de venda total da ECT é feita com argumento de que daria mais agilidade nas entregas e que a ampliação de empresas do ramo aumentaria a concorrência, barateando as postagens. Mais uma mentira. Nas mãos do setor privado, o que iremos assistir é a extinção de serviço, aumento de tarifas e exclusão do atendimento social e para o povo pobre.

A Fenajufe e suas as Entidades filiadas, representada pelos presentes na Reunião Ampliada de 22/08/2020, se solidarizam e apoiam a greve nacional unificada dos trabalhadores dos Correios, em defesa de suas reivindicações e contra a retirada de direitos.

Não a privatização! Por uma ECT pública dirigida pelos trabalhadores!

Pelo atendimento das reivindicações! Não a retirada de direitos!

Fora Bolsonaro, Mourão, Guedes e Floriano!



MANIFESTO NACIONAL CONTRA A VOLTA ÀS AULAS DURANTE A PANDEMIA

Manifesto Nacional contra a volta às aulas durante a pandemia, proposto pela companheira Flávia Bischain R., professora da rede pública estadual de SP, em nome da CSP Conlutas:

Nós, pais, estudantes, professores, servidores e demais trabalhadores e entidades sindicais de todo o país, somos contrários a volta às aulas durante a pandemia por entender que essa medida colocaria em risco a vida dos membros da comunidade escolar e de seus familiares, além de agravar ainda mais a crise sanitária no Brasil.

Muito longe de estar controlada, a taxa de contaminação do COVID-19 no país segue acelerada, segundo pesquisa recente do Imperial College, e o Brasil é o segundo com maior número de mortos e contaminados, abaixo apenas dos EUA. Mesmo assim, Bolsonaro segue com sua política genocida, fazendo pouco caso das centenas de vidas perdidas a cada dia. Nos estados e municípios, os prefeitos e governadores querem reabrir as escolas para implantar essa mesma política de flexibilização, apesar de não haver nenhuma segurança, nem testes para todos, nem vacina.

As secretarias da educação estaduais, municipais e o MEC, insistem em propor protocolos para a volta às aulas presenciais contrariando as recomendações científicas. Nas escolas, é inviável garantir o distanciamento social, o monitoramento e o uso de máscaras permanente nas crianças e adolescentes, a segurança dos bebês e trabalhadores da educação, assim como garantir a circulação do ar nos ambientes, a higienização dos banheiros e espaços de alimentação para que não se prolifere o vírus.

A maioria das escolas, principalmente nas redes públicas, possuem inúmeros problemas estruturais, falta de espaço e de funcionários. Entre os casos mais graves estão as 10.685 escolas públicas que não têm acesso à água limpa, 8% sem rede de esgoto e 4% sem banheiro! (Censo Escolar 2019).

As crianças não são imunes, e por serem em sua maioria assintomáticas, aumentam as chances de transmissão do vírus. Segundo levantamento recente da Fiocruz, 9,3 milhões de pessoas idosas ou com comorbidades convivem diretamente com crianças em idade escolar e aumentariam as chances de morte. Ademais, muitos dos trabalhadores da educação são do grupo de risco e não poderiam voltar ao trabalho presencial nessas condições.



A preocupação não é, nem nunca foi pedagógica. Os governos que não se importam com a vida, se importam muito menos com o aprendizado. O objetivo da volta às aulas é unicamente para que os pais voltem integralmente ao trabalho, conforme a necessidade do capital, ainda que tenham que arriscar sua vida, de seus filhos e familiares.

12

Os mesmos governos que não garantiram a quarentena, agora querem impor a flexibilização total, naturalizando as mortes e a contaminação como parte de um “novo normal”, no qual os trabalhadores, pobres, negros e negras e moradores das periferias morrem mais, e estarão ainda mais expostos se seus filhos retornarem às escolas. Mas para nós, a vida vale mais que os lucros. Por isso não seremos corresponsáveis por esta política criminoso, que vai expor a comunidade escolar e seus familiares à contaminação e ao risco de morte.

Defendemos também que durante esse período seja garantida a segurança alimentar dos estudantes e suas famílias, assim como os salários sem redução de direitos.

Nos somamos à luta pela quarentena geral e real com garantias sociais aos trabalhadores, autônomos e desempregados. Não podemos permitir a volta das aulas presenciais neste contexto. Por isso é fundamental a construção de uma ampla mobilização nacional em unidade com a CNTE, sindicatos, centrais, movimentos sociais e toda a sociedade em defesa da vida. E se preciso for, que esse movimento culmine na construção de uma greve sanitária nacional da educação.

Conteúdo se recupera. As vidas perdidas não.

450 FAMÍLIAS SÃO EXPULSAS, CASAS, PLANTAÇÕES E ESCOLA SÃO DEMOLIDAS PELA PM DO GOVERNADOR ROMEU ZEMA/MG

Em plena PANDEMIA e com violência, foi executada a reintegração de posse da área do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG). Helicópteros em voos rasantes, bombas de gás lacrimogêneo e extrema truculência, que deixaram pessoas feridas, garantiram a expulsão das famílias, para reintegrar a terra para a usina falida Ariadnópolis (Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo), que faliu sem pagar seus trabalhadores.

O governo criminoso de Romeu Zema sujou as mãos de sangue ao atacar e despejar 450 famílias, mais de duas mil pessoas entre elas mulheres, crianças que há mais de 20 anos estavam assentadas na fazenda modelo Campo Grande, referência na produção agroecológica de um dos melhores cafés de Minas: o café Guaiá.



A decisão judicial irresponsável e criminosa foi determinada pelo juiz Roberto Apolinário de Castro. Na área, havia 27 pessoas contagiadas pelo Coronavírus, segundo dados oficiais.

A disputa se deu entre uma usina de cana de açúcar, que depois de décadas de uso excessivo da terra, desmatamento, trabalho escravo e muitos processos trabalhista e dívidas, pediu falência há mais de 22 anos, sem pagar salário dos trabalhadores. E do outro lado temos as famílias desses trabalhadores e que ficaram sem seus baixos salários e sem ter para onde ir, passaram a ocupar com suas famílias a terra abandonadas e produzir alimento para si e para a comunidade há 22 anos!

13

Além de casas e plantações a comunidade construiu uma escola que tem alfabetizado as crianças e adultos. A ação foi denunciada à ONU.

Repudiamos o crime covarde do governo genocida Romeu Zema para atacar o direito à terra e uma vida digna dos trabalhadores rurais.

Todo apoio à luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra do acampamento Quilombo Campo Grande em Minas Gerais!

Boicote às marcas de café que compram da Terra Forte, empresa por trás do despejo do Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, sul de Minas Gerais: (Pilão, Café do Ponto, Cacique, Café Pelé e Damasco).